

Discurso do Presidente do G19 na reunião do encerramento da revisão anual do 3 de Maio, 2013

Excelentíssimo Senhor Ministro de Planificação e Desenvolvimento

Excelentíssimo Senhor Ministro das Finanças

Excelentíssimos Senhoras e Senhores Ministros

Colegas do corpo diplomático

Todo protocolo devidamente respeitado

Gostaria de começar por agradecer ao governo e aos ministros e seus colaboradores pela boa cooperação que tem havido durante esta revisão conjunta. Isto reflecte o grande compromisso e engajamento a favor do desenvolvimento do país. Tem sido um processo largo e intenso mas também rico em trocas de ideias e diálogo.

Também gostaria uma vez mais de reconfirmar o nosso compromisso com o desenvolvimento da Moçambique. Isto reflecte-se claramente nos factos concretos: comparado com 2011 os membros do G19 aumentaram o apoio a Moçambique em cerca de 9 por cento numa altura com muitas dificuldades económicas e financeiras nos nossos países. Acho que isto mostra a força da nossa parceria com Moçambique.

A seguir falarei sobre 4 temas que actualmente ocupam um espaço chave no diálogo entre o G19 e o Governo de Moçambique sobre o desenvolvimento do país.

Na área de **macroeconómica e do crescimento inclusivo** felicitamos o Governo pelo sucesso das políticas macroeconómicas com taxas de crescimento económico altas, uma inflação baixa e reservas de divisas fortes. No entanto, está reconhecido que o alto crescimento e a baixa inflação são condições necessárias para o crescimento inclusivo, mas por si só não suficientes. O grande desafio é transitar dum processo de crescimento forte para um crescimento fortemente inclusivo e abrangente – um desafio claramente reconhecido no PARP, Plano de acção de Redução da Pobreza.

Nesta perspectiva concordamos que há dois sectores particularmente importantes na promoção dum crescimento inclusivo: as pequenas e médias empresas e os pequenos produtores agrícolas. As PME's têm necessariamente que desempenhar um papel forte na

criação de emprego e na geração de rendimentos para as camadas mais desfavorecidas. Já se tem promovido medidas importantes de melhoria do ambiente de negócios. Ainda assim, é sabido que Moçambique continua a registar quedas nos índices internacionais de ambiente de negócios. Isto sublinha a importância da efectiva implementação das reformas e políticas a fim de facilitar uma resposta ainda mais forte entre todos os actores económicos no país, de modo particular as PME's.

Quanto ao desenvolvimento da agricultura, consideramos positivo o lançamento recente do PNISA. O grande desafio neste sector é o desenvolvimento dos pequenos produtores. Os grandes investimentos agro-industriais são importantes. Mas não garantam um aumento da produtividade e o rendimento dos pequenos produtores. Concordamos com o Governo que é preciso eliminar ou reduzir os constrangimentos que fazem com que os pequenos produtores não sejam capazes de sair da agricultura de subsistência. Entre estes constrangimentos figuram o acesso limitado às tecnologias, aos insumos e serviços agrários assim como ao financiamento. É de destacar a importância do acesso a terra pelos pequenos produtores através da implementação da Lei de Terras. Neste sentido destaca-se também a importância de fortalecer as consultas com as comunidades em relação ao estabelecimento de novos projectos agro-industriais. Dessa forma se tomará devidamente em conta os interesses dos camponeses.

Quando falamos de crescimento inclusivo enfrentamos também o desafio de priorizar claramente os investimentos públicos, em particular as infra-estruturas de transporte, tendo em conta o seu impacto sobre a redução da pobreza e a promoção do crescimento inclusivo. Aqui sabe-se que às infra-estruturas rurais – e entre elas as estradas distritais – podem ter um impacto muito forte no crescimento inclusivo.

Na área de **combate à corrupção** a aprovação de parte do pacote anticorrupção é um passo muito positivo. Isso trouxe melhorias no quadro jurídico. Ainda se aguarda pela aprovação por parte da Assembleia da República, do Código Penal e o Código de Processo Penal. Notamos com satisfação que os primeiros passos de implementação foram tomados em relação a Lei de Probidade Pública. Continua pendente a elaboração do plano de acção. De destacar que, em termos gerais, pode haver novas leis, estratégias e planos de acção – somos todos da opinião que a implementação é o que conta para obter resultados concretos.

Reconhecemos que a corrupção continua a ser um problema em muitos sectores. Vários inquéritos recentes sobre o ambiente de negócios realçam a corrupção como um dos

constrangimentos para o desenvolvimento do sector privado, em particular, as pequenas e médias empresas.

Observa-se importantes progressos na expansão e consolidação do e-SISTAFE o que consideramos um resultado bastante positivo. Ainda permanecem desafios na qualidade de implementação do e-SISTAFE nos sectores e ao nível sub-nacional. Gostaríamos de reiterar o nosso apoio forte ao Governo nos esforços para acelerar a implementação do e-SISTAFE a fim de aumentar a eficiência dos gastos públicos e diminuir os riscos de desvio e de irregularidades.

No combate a corrupção queremos encorajar ao Governo à continuar a trabalhar de forma transparente e aberta, sobretudo em relação a casos concretos de desvio de fundos.

Na área de **gestão dos recursos naturais**, congratulamos o Governo por ter alcançado o estatuto de cumpridor da Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva. E queremos encorajar o governo a continuar os seus esforços para aprofundar a agenda de transparência, em particular assegurar o acesso público aos contractos e também aos estudos de impacto ambiental. Igualmente parece importante ampliar as consultas públicas sobre a legislação de recursos naturais e regimes fiscais actualmente em preparação.

Os recursos naturais podem contribuir grandemente para o desenvolvimento do país. Mas, a experiência de outros países mostra também que mal geridos- podem converter-se numa maldição. O que é que faria a diferença entre um e o outro cenário? Como se sabe, não há uma receita certa para transitar ao cenário positivo. No entanto, reconhece-se que a transparência a todos níveis, a consulta pública e ampla, a prestação de contas, a competição aberta e a prudência são elementos chave que podem contribuir para a realização do cenário de bendição.

Na área de **desenvolvimento humano** reconhecemos que, apesar dos esforços feitos a gestão de finanças no sector da saúde continua um desafio considerável. Também a limitada capacidade de recursos humanos e institucional representa um impedimento no desenvolvimento do sector. Na educação pode-se realçar os resultados positivos em termos de equidade de género com mais raparigas na escola a vários níveis. O grande tema é efectivamente melhorar a qualidade do ensino. Também no sector da educação a gestão das finanças públicas é um tema a ser enfrentado.

Temos a responsabilidade mútua de assegurar que os recursos sejam utilizados com maior impacto social e económico. A abertura, transparência e diálogo contínuo sobre os desafios e problemas enfrentados na gestão dos fundos constituem os melhores princípios sobre os quais assentam uma verdadeira parceria. É neste espírito que queremos continuar as nossas relações de cooperação.

Queria reiterar o nosso compromisso como G19 de continuar de forma construtiva a apoiar o processo de desenvolvimento de Moçambique.

A todos muito obrigado.